



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS - MG

PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO PROJETO DE LEI N.º 35, DE 2017

Dispõe sobre a composição, organização, estrutura e competência do Conselho Municipal de Saúde, revoga a Lei Municipal n.º 1.396, de 10 de janeiro de 2003, e dá outras providências.

Autor: Prefeito Municipal

Relatora: Vereadora CARLA RESENDE FERNANDES

I RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 35, de 2017, da lavra do Prefeito Municipal, dispõe sobre a composição, organização, estrutura e competência do Conselho Municipal de Saúde, revoga a Lei Municipal n.º 1.396, de 10 de janeiro de 2003, e dá outras providências

Entre as principais mudanças previstas no projeto, em relação à atual estrutura do Conselho Municipal de Saúde, estão a elevação do número de componentes de doze para dezesseis; e a criação de órgãos que integrarão o conselho, a saber: plenário, mesa diretora, secretaria executiva e comissões temáticas.

No último dia 27 de novembro, esse projeto foi distribuído a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação para, nos termos do art. 37 combinado com o art. 61, do Regimento Interno, receber parecer quanto aos aspectos da sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

É, síntese, o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Da competência e iniciativa

A matéria do Projeto de Lei n.º 35, de 2017, insere-se no âmbito da competência do Município, conforme previsto no art. 14, *caput* e inciso II, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 30, *caput* e inciso I, da Constituição da República.

O conselho municipal de saúde configura-se como órgão estatal especial, ou melhor: é um espaço público institucional, destinado a formular e acompanhar a política municipal de combate às drogas.

Carla Resende Fernandes



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS - MG

A instituição desse conselho é da competência legislativa do Município e, da mesma forma, a alteração da composição deste colegiado é facultada ao ente federativo local.

Trata-se de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, consoante o art. 53, *caput* e inciso IV, da Lei Orgânica do Município. Portanto, não há vício quanto à capacidade de iniciar o processo legislativo.

2.2 Da técnica legislativa

A redação do projeto é razoável, mas é preciso fazer algumas alterações para torná-la mais clara e precisa. Quanto à técnica legislativa, é necessário transformar os incisos I ao III, do art. 6º, em artigos, renumerando-se os subsequentes. O conteúdo desses incisos não se referem à discriminação das várias hipóteses do *caput* do art. 6º. São pontos determinados que devem ser redigidos na forma de artigos do projeto.

Essas alterações serão feitas mediante emendas redigida ao final. Com estas alterações, o projeto estará adequado aos ditames da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

2.3 Da matéria

Um dos princípios mais importantes do Sistema Único de Saúde está relacionado com a participação da sociedade no processo de fiscalização dos recursos e do andamento dos trabalhos realizados no SUS. E os conselhos de saúde, em todos os níveis da Federação, têm o papel de assegurar a participação da população no controle e elaboração de políticas para a gestão de saúde.


De acordo com a Lei n.º 142, de 28 de janeiro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, o Município deve contar com conselho de saúde para receber recursos do Sistema Único de Saúde.

Ainda segundo a citada lei, a composição desse conselho deve ser paritária. Ou seja, o número de usuários deve ser igual à soma dos número de representantes do Poder Público e de trabalhadores na área da saúde.

O número de membros efetivos do órgão colegiado ficou assim dividido: representantes dos usuários: 50%; representantes do governo municipal: 25%; e representantes dos trabalhadores da saúde: 25%. Verifica-se, assim, que essa paridade foi observada no projeto em estudo.

No art. 3º, o projeto reproduz a nomenclatura dos órgãos da Administração Municipal que terão representantes no conselho, usada pela Lei n.º 1.396/2003, que será revogada.

Todavia, os órgãos mencionados (Coordenadoria de Saúde, Coordenadoria de Ação Social e Coordenadoria de Educação) não existem mais na estrutura administrativa

 *Carla Rosende Fernandes*



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS - MG

implantada em 2013, pela Lei n.º 1.808, de 19 de junho de 2013. Essas unidades administrativas passaram a ser denominadas, respectivamente, de Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.

Por razão, é preciso alterar a redação das alíneas *a*, *b* e *c*, do inciso I, do art. 3º, o que será feito mediante emenda redigida ao final.

O projeto prevê, no art. 14, a possibilidade de recurso aos Conselhos Estadual e Nacional e ao Ministério Público, para dirimir dúvidas e conflitos não resolvidos pelo Conselho Municipal de Saúde.

No entanto, a lei municipal não pode atribuir competência a órgão de outra esfera de governo. Deste modo, não é cabível a previsão de recursos que serão decididos por órgãos estadual ou federal. Assim, a redação do aludido art. 14 também precisa ser alterada, o que será feito por meio de emenda redigida ao final.

III CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto da Relatora e conclui pela constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 34, de 2017, com a emenda redigida a seguir:

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 35, DE 2017

Art. 1º. As alíneas *a*, *b* e *c*, do inciso I, do art. 3º, § 4º, do art. 7º e art. 14, do Projeto de Lei n.º 35, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I-

a) 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação.”

Art. 7º

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas pelo Plenário e Mesa Diretora do CMSI, que designarão os membros daqueles órgãos.”

Art. 14. Dúvidas, conflitos e eventuais questões não tratadas nesta Lei e ou não resolvidas pelo CMSI poderão ser dirimidos mediante consultas aos Conselhos Estadual e Nacional de Saúde ou mediante representação ao Ministério Público.”

Luiza Resende Fernandes



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS - MG

Art. 2º Os incisos I, II e III, do art. 6º, do PL n.º 35, de 2017, passam a vigor, respectivamente, como arts. 7º, 8º e 9º, com a mesma redação, renumerando-se os artigos subsequentes.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2017.

Carla Resende Fernandes

CARLA RESENDE FERNANDES

Relatora

Welbemar Alves Xavier

WELBEMAR ALVES XAVIER

Presidente

Elmar Fernandes de Resende

ELMAR FERNANDES DE RESENDE

Membro

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que esta proposição foi aprovada

em 4 / 12 / 17, por unanimidade

[Assinatura]

Responsável pela Secretaria